

O Brasil para os europeus. Três narrativas de viajantes germânicos no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX.

Luiz Barros Montez – Faculdade de Letras / UFRJ –
Biblioteca Nacional

I

Muitas são já as traduções realizadas em português de relatos de viajantes europeus no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. E, paralelamente ao surgimento destas traduções, muitas já são as análises e estudos publicados em nossa língua sobre a origem, o teor e a função discursiva destes textos, em seus mais variados aspectos e ângulos.

E, não obstante, o desenvolvimento destes estudos está apenas começando.

Esta última afirmação não possui nem de longe a intenção de diminuir o significado dos enormes esforços já despendidos e as inúmeras realizações alcançadas por professores, pesquisadores e tradutores ao longo de sucessivas gerações, particularmente nas últimas décadas.¹ Significa, ao contrário, vislumbrar os vastos campos que se abriram a partir desta enorme massa de material colhido e disponibilizado em trabalho pioneiro. Com ela, construiu-se uma sólida base sobre a qual se podem avistar na atualidade largos horizontes e perspectivas de investigação e de interpretação daqueles relatos sob prismas mais nuançados, embora não menos relevantes.

Diferentemente da situação de algumas décadas atrás, vislumbram-se alguns destes desafios interpretativos como novas urgências para a contemporaneidade. Destaquemos aqui neste breve artigo apenas uma urgência: ressignificar o nosso passado histórico com base em análises textuais que

¹ Para efeito do desenvolvimento de minha pesquisa atual sobre o olhar dos viajantes alemães no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, destaco em particular os trabalhos pioneiros de Paulo Berger e Miriam Lifschitz Moreira Leite citados na bibliografia deste artigo.

tomem os relatos de viajantes europeus no Brasil, não como ecos remotos de ideologias, como pistas secundárias de atitudes idiossincráticas de um eurocentrismo ultrapassado, de anacronismos de análise que podemos descartar, até com um sorriso de condescendência, como equívocos ou falsificações históricas mal-intencionadas (com o objetivo, por exemplo, de atrair emigrantes ao Brasil), mas como efetivas ações sociais por eles desenvolvidas que impregnaram profundamente a nossa maneira como nós próprios ainda hoje nos enxergamos e nos reconhecemos enquanto sociedade.

Esta ressignificação tem por base o entendimento de que os relatos de viajantes já mapeados e em boa parte já disponibilizados ao leitor de língua portuguesa formam um corpus discursivo que se relaciona não apenas com a realidade do tempo em que foram produzidos, postos em circulação por meio de livros, romances, poemas, relatos estatísticos etc., de descrições aventurescas idílicas ou ressentidas, encantadas ou profundamente desagradadas, por um lado, ou de artigos ou narrativas científicas “objetivas” e “neutras”, por outro, mas, seja como for, todos lidos com maior ou menor avidez por camadas de leitores em número cada vez maior, em função da crescente oferta de livros e das diversas estratégias dos mercados editoriais que se intensificavam em seus países de origem. Defendemos a tese de que esta ressignificação se relaciona também com a contemporaneidade, na medida em que muitas destas incursões narrativas profundamente eurocêtricas – em profundo acordo com a natureza exploratória do capitalismo europeu em expansão nas terras americanas, indefectivelmente tomadas como mercados e territórios a serem conquistados (Pratt, 17-52) – cristalizaram-se em formas ideológicas com as quais vastos contingentes de brasileiros até hoje se reconhecem e agem no mundo em que vivem. Através destas formas ideológicas efetivadas não somente *através*, mas precisamente *nas* práticas discursivas, estes contingentes operam a sua vida cotidiana,

sancionam e aprofundam a profunda fratura societária em que vivem, reproduzindo os discursos sobre o mundo do trabalho em que a natureza exploratória e alienada em que ele ocorre é permanentemente mascarada sob o *telos* de um *modelo europeu de civilização* a ser alcançado a qualquer custo. A ressignificação de nosso passado tem, portanto, na perspectiva que propomos, a marca da busca contemporânea por um caminho próprio de desenvolvimento social e ideológico, isto é, voltada para as nossas verdadeiras aspirações e necessidades.

Com esta perspectiva de trabalho, a análise dos discursos de viajantes europeus no Brasil se oferece em inúmeros recortes e perspectivas. Neste artigo, limitamo-nos a analisar fragmentos de relatos de três viajantes de língua alemã sobre brasileiros registrados entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Quanto à escolha dos relatos, os critérios limitaram-se fundamentalmente (1) a um engajamento intelectual claramente filiado ao Iluminismo (em sua peculiaridade especificamente germânica), e (2) à época de suas viagens, pois importa constatar como a mulher ou o homem “esclarecidos” lidaram com três momentos historicamente distintos que, conquanto transcorridos no interior de um intervalo de tempo relativamente curto, marcaram a preparação, o desenvolvimento, e o desfecho das súbitas mudanças que se efetuaram na história do Brasil – e que são o motivo para as reflexões enfeixadas no volume que o leitor tem em mãos.

Os relatos escolhidos foram, segundo a ordem cronológica de suas estadias no Brasil (Rio de Janeiro): Friedrich Langstedt, em 1782; Carl Vollmer, em 1818; e Ida Pfeiffer, em 1846.

Este pequeno trabalho é resultado de uma pesquisa que está apenas começando. Tendo iniciado minhas atividades como pesquisador bolsista da Biblioteca Nacional no início de 2007, com o tema “O Rio de Janeiro no olhar dos viajantes alemães nos séculos XVIII e XIX”, pude catalogar inúmeros relatos absolutamente inéditos, alguns dos quais eu venho

traduzindo para o português, conforme eles vão sendo encontrados e disponibilizados com este fim. Inúmeros relatos em língua alemã encontram-se exclusivamente em arquivos e bibliotecas fora do Brasil, e irão sendo traduzidos à medida que esta perspectiva de trabalho for se ampliando.² Não somente por este fato, mas também para contribuir com alguns exemplos ainda inéditos em língua portuguesa, concentro-me em algumas poucas fontes, conquanto bastante representativas, de textos já traduzidos por mim para o português (e que serão oportunamente publicados) e que contêm as passagens citadas na presente.

II

Miriam Lifschitz Moreira defende a utilização dos relatos de viajantes como fontes da história social da população brasileira (1997: 9-26), desde que passados por um “crivo analítico, que torne válida a sua contribuição”. Assim ela fundamenta a sua tentativa de aproveitamento destes relatos:

em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, [o viajante] tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. O habitante vive sua vida e reflete apenas sobre seus aspectos mais próximos, sem tomar conhecimento de muitos outros do ambiente em que se encontra. As instituições, as

² Venho desenvolvendo projeto no sentido de centralizar e disponibilizar os relatos sobre a cidade do Rio de Janeiro dispersos por arquivos não somente no Rio (Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Biblioteca do Itamarati, Biblioteca e Arquivo do IHGB, Biblioteca da Marinha entre os acervos públicos mais importantes), mas também em São Paulo (IEB da USP, Biblioteca Mário de Andrade), Joinville (Biblioteca Municipal, Arquivo Municipal), e em arquivos na internet disponibilizados por diversas instituições de pesquisa e universidades no estrangeiro. Para tal projeto venho contando com o apoio de estudantes por mim orientados com bom conhecimento de língua alemã e a ingente ajuda de bibliotecárias e colaboradores no sentido de rastrear os livros raros dispersos por inúmeras coleções particulares, pequenas bibliotecas e arquivos etc.

interrelações sociais, os sinais, as indicações e orientações, que compõem o padrão cultural do grupo social a que pertence, são incorporados sem merecer uma reflexão global. O habitante tem uma vivência comum ao grupo, mas poucos conhecimentos sobre ele como um todo. Por ser alguém que é “de fora” e está ali “de passagem”, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber, o viajante torna-se um observador alerta e privilegiado do grupo visitado (Moreira, 1997: 9-10).

Tal qualidade do viajante é considerada por Miriam Lifschitz como essencialmente proveitosa. No entanto, ela percebe que o *locus* narrativo do viajante carrega em si armadilhas ideológicas perigosas, haja vista que ele

traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada por uma série de obstáculos lingüísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado. Mesmo quando o viajante não pertence à nobreza ou à alta burguesia, identifica-se com a civilização européia e seus padrões de avaliação dos homens, de acordo com o êxito ou o fracasso. Ao avaliar o grupo visitado e seus valores estranhos, dos quais o observador tem apenas amostras concretas fragmentárias, o visitante e o habitante acabam vítimas de inúmeros mal-entendidos. Muitas das dificuldades desse relacionamento provêm da capacidade distinta dos viajantes de se desprenderem de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada; e a população brasileira que podia ler os seus escritos nem sempre era a que estava sendo descrita ou interpretada no livro de viagem, pois era constituída pela faixa de habitantes mais abastados, identificados com a cultura européia (idem: 10)

Particularmente nesta segunda citação Lifschitz mostra-se plenamente consciente do fato – carregado de conseqüências discursivas – de que a atitude ideológica do viajante estrangeiro traz, para efeito de comparação com o *mundo observado*, inúmeros preconceitos e pressupostos ideológicos que podem até certo ponto comprometer a objetividade de suas descrições, e deixa um alerta implícito de que esta objetividade pode ser até mesmo adulterada.

Se deixo grafado em itálico a expressão *mundo observado* é porque desejo propositalmente contrastá-la com o seu contrário imediatamente

evocado, isto é, o *mundo não-observado*. Aspecto inexplorado na reflexão de Lifschitz, mas não menos carregado de conseqüências discursivas, é o fato (não mencionado pela estudiosa, conquanto claramente intuído por ela) de que a carga ideológica do viajante europeu no estrangeiro *impede-o drasticamente* de interagir discursivamente com o habitante local (não por razões lingüísticas, idiomáticas estritas, mas por visões de mundo diferenciadas), e, por conseguinte, de construir uma narrativa totalizante sob certos aspectos minimamente objetiva. A descrição perde em objetividade não pelo que ela aporta de equivocado e/ou adulterado, mas essencialmente pelo que ela *omite*, pelo que *permanece inobservado* na prática social e discursiva do viajante.

Neste aspecto, pode-se sem grandes problemas verificar que, quanto maior é a cultura iluminista do viajante, tanto mais este problema se agrava. Isto porque a partir do século XVIII a visão do iluminista impôs-se como tarefa sistemática reordenar todos os aspectos do mundo empírico em uma nova totalidade gnosiológica, de modo radicalmente oposto ao anterior, posto que este sempre houvesse partido dos princípios ou sistemas para enquadrar *a posteriori* os aspectos do mundo empírico (cf. Cassirer, 1997: 65-134). Daí que os viajantes naturalistas imbuídos do método iluminista sempre tentaram imprimir aos seus textos a marca da observação objetiva, inapelável, porquanto sancionada por um olhar que se limita a esquadrihar com neutralidade o que vê, sempre que possível sem digressões filosóficas apriorísticas.

(No que diz respeito ao Iluminismo alemão, o leitor destes três textos em sua íntegra constatará facilmente o quase onipresente compromisso do racionalismo com a religião, o que se consubstancia discursivamente em observações de cariz moralista.)

Tal pretensão de objetividade, ainda mais partindo de autoridades científicas, imprime no processo de interação leitor-narrador (que já se inicia com o próprio processo de construção textual destas narrativas) a marca da autoridade que mais não faz do

que ocultar os sérios problemas epistemológicos contidos no texto, mesmo quando se fazem passar por textos voltados para o puro entretenimento. Aquilo que o viajante europeu (no nosso caso: de língua alemã) não pôde/conseguiu observar por limitações ideológicas próprias, e por conseqüência não pôde/conseguiu relatar, é (des)percebido pelo leitor como não-relevante ou superficial. E este se sente tranqüilo para interagir assim com o texto, pois este tem a chancela da autoridade abalizada do “homem de ciências”.

III

Feitas estas observações preliminares, passemos a examinar alguns fragmentos discursivos dos três autores abordados. Evidentemente que os limites deste pequeno ensaio não comportam o espaço necessário para a análise, por mais básica e simplificada que seja, dos elementos nestas narrativas sobre as quais incidem as questões sugeridas acima. Limito-me a fornecer breves exemplos de discursos que venham pelo menos a apontar para análises posteriores de maior envergadura. Se o presente texto despertar no leitor o interesse pela análise proposta, então ele terá alcançado o seu objetivo.

Começemos com o olhar dos viajantes sobre o escravo negro e a existência da escravidão como forma fundamental da constituição econômica e societária no Brasil no período.

Na análise destas construções discursivas do escravo negro e da escravidão no Brasil, a meu ver não são fundamentais as formas retóricas com as quais os viajantes se confrontam com a prática escravagista, com as quais eles expressavam – inclusive esteticamente – os seus sentimentos os mais variados diante da *exploração* do negro. Estas formas são úteis apenas na medida em que mascaram, por trás do sentimento de piedade, o aspecto essencial, jamais posto em questão, da integração da escravidão no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no qual o negro, além de desempenhar funções

laborativas centrais no desenvolvimento da agricultura e da mineração, certamente tornou-se ele próprio uma *commodity* muito rentável.

O *mascamamento* ou a *ocultação* do fato da apropriação da força de trabalho em si, por trás da evocação das formas desumanas em que se dá esta apropriação, é, aliás, um dos traços absolutamente atuais do capitalismo moderno. Ontem como hoje, o máximo que esta perspectiva discursiva aponta é a necessidade da atenuação da barbárie nas diversas formas de apropriação do trabalho alheio. No caso das narrativas dos europeus sobre os escravos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX que ora trazemos, observa-se, quando muito, a acusação de uma desumanidade atribuída a fatores quase que atávicos dos proprietários de escravos portugueses e seus congêneres brasílicos. A abstração do fato essencial da apropriação do trabalho alheio conduz à naturalização da barbárie escravagista, com acusações específicas às elites portuguesas e brasileiras.

Como dissemos, os três relatos que abordamos criticam na escravidão negra os seus abusos e excessos. Langstedt mostra alguma espécie de escrúpulo em sua primeira descrição do escravo na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1782:

A proporção de brancos para negros é de 1 para 14. Estes últimos andam eu sua maioria nus, cobrindo apenas as vergonhas. Em vez de pão eles comem caçava ou mandioca, uma farinha de raiz incomparavelmente mais barata do que o trigo (...). Eles são de uma maneira geral de boa índole e trabalhadores; não são tratados de modo tão tirânico como em outras regiões, especialmente quando acatam a religião católica; mas por vezes sofrem abusos. Certa vez um oficial português, num albergue, apresentou à venda por 24 guinéus um jovem negro elegante e bem-formado. Foi-lhe dada alguma coisa para comer, que ele, contudo, somente pôde desfrutar depois de fazer uns movimentos caninos (1789: 69)

Dos três, somente a austríaca Ida Pfeiffer assume um discurso aberto contra a instituição da escravidão, o que certamente revela, antes de mais nada, um rápido amadurecimento do clamor anti-

escravagista na Europa. Em afirmações como a que se segue, Pfeiffer deplora abertamente a escravidão:

Entre as classes que por aqui são denominadas de cultas estão várias pessoas que, após todas as provas de destreza mecânica e também de criação espiritual desenvolvidas com freqüência pelos pretos, continuam afirmando que estes teriam uma mente tão abaixo dos brancos que somente poderiam ser considerados como uma transição entre o macaco e o gênero humano. Eu admito que eles estejam em certa medida longe da formação espiritual dos brancos; mas não vejo como causa a falta de entendimento, e sim na completa falta de educação. Nenhuma escola existe para eles, ele não recebem nenhuma instrução – em suma, nem um mínimo ocorre para que desenvolvam suas habilidades intelectuais. O seu espírito é mantido acorrentado propositalmente, como em antigos estados despóticos, pois o despertar deste povo poderia ser terrível. Em número, aqueles lhes são quatro* vezes superiores, e se eles chegassem à consciência desta superioridade, os brancos poderiam facilmente ser remetidos à condição nas quais se encontram os infelizes pretos (idem: 36).

Entretanto, e isto seja dito aqui apenas de passagem, depara-se com freqüência com alguns outros relatos de viagens de compatriotas e contemporâneos seus que, não obstante sua aversão à servidão humana, consideram-na, em todo caso, preferível à situação do negro na África. Pfeiffer não o diz abertamente, mas atenua por vezes os efeitos cruéis do trabalho servil por meio de comparações semelhantes. Segundo ela

o destino dos escravos não é tão ruim como crêem muitos europeus. No Brasil eles são em termos relativos bastante bem tratados; eles não são sobrecarregados de trabalho, têm uma alimentação boa e forte, e as punições não são nem tão freqüentes nem tão rigorosas. Somente as fugas é que são duramente punidas. Além de apanharem muito, eles recebem ferros no pescoço ou nos pés, que vão ter que carregar por bastante tempo. Um outro tipo de punição consiste em carregarem uma máscara metálica, trancada na parte de trás por um cadeado. Com ela são punidos os beberrões e os que comem terra ou cal. Durante a minha longa estadia no Brasil eu vi somente um negro andando com tal máscara. Eu quase

* A proporção de um branco para quatro pretos não vem se alterando (nota de I. P.).

ousaria afirmar que, de um modo geral, o destino dos escravos é menos cruel do que o dos camponeses russos, poloneses ou egípcios, que não são chamados de escravos (1850: 38)

Às vezes, por obra do acaso o viajante se vê em circunstâncias que o fazem revelar a sua limitação ideológica diante da escravidão negra com toda a clareza. Tal foi o que ocorreu numa certa ocasião com Ida Pfeiffer e seu pequeno grupo nas imediações de Petrópolis. Encurralados por um negro fugitivo que havia sido ferido, e correndo risco de vida real, o discurso da viajante mostra-se incapaz de compreender a fúria do escravo, a circunstância profunda de sua revolta. Com a proximidade de uma catástrofe pessoal, a viajante iguala-o a um animal irracional:

A fúria do negro elevou-se à sua mais alta intensidade com as feridas recebidas. Ele cerrou os dentes em nossa direção como uma fera selvagem, e brandiu a sua faca com rapidez medonha. (...) Os dois outros negros foram obrigados a mantê-lo imobilizado, enquanto ele se empenhava em morder qualquer pessoa a seu alcance como uma fera selvagem, e a levá-lo até a casa mais próxima (idem: 72).

A circunstância não é objeto de nenhuma reflexão ulterior mais profunda sobre a escravidão e a condição humana. O episódio é apenas reduzido a uma situação de perigo vivida pela protagonista.

Fazia menos de dez anos o início da crítica de Immanuel Kant e de Johann Blumenbach às teses de Voltaire³, quando Langstedt escreveu que “As donzelas negras e mulatas têm, em sua maioria, muitíssima semelhança com os macacos” (1789: 71). Passagens comum a quase todos os viajantes do período

³ Em “Sobre as diferentes raças da humanidade” (Kant, 1772-73) e “Sobre as variedades naturais da humanidade” (Blumenbach, 1775), os autores combatem a visão de Voltaire, que havia escrito em sua *Filosofia da História* (1765) que “apenas os cegos duvidam que os brancos, os negros, os albinos, os hotentotes, os lapônios, os chineses, os americanos são raças inteiramente diferentes”. (apud Fink, 1991: 11). Kant e Blumenbach defendem a origem comum das raças humanas.

naturalizam a condição do escravo negro como seres “nojentos”, “mal-cheirosos”, de feições simiescas, de proximidade desagradável etc.

O negro torna-se aos olhos do europeu no Brasil objeto das mais diferentes reflexões, e tal fato não depende exclusivamente da inserção social, do sexo, da idade, da profissão do narrador etc., mas também é condicionado pela atitude narrativa, pelos objetivos estéticos a serem evocados, pela projeção do leitor imaginado, enfim, pelo contexto de interação no qual o seu relato circulará e será objeto de leitura e/ou fruição literária. Assim é que Vollmer utiliza com certa frequência o escravo negro não somente para reproduzir as percepções racistas habituais do europeu, mas também com o intuito de desqualificar o português em descrições ridículas ou satíricas, como numa verdadeira comédia teatral.

A aduana é uma miserável choupana de madeira, que não tem sequer o tamanho para receber as mercadorias de um único viajante indiano. Daqui, os fardos são levados pelos escravos negros para um salão onde residem os funcionários aduaneiros. Extremamente inteligente é a sua localização, um andar acima; os escravos têm que rolar lá para cima os fardos pesados, onde eles são abertos. Um desembulha, um segundo mede e pesa, um terceiro avalia: aqui se encerra um ato, e as coisas são trazidas para o outro canto do salão. Aqui começa mais uma vez todo o procedimento, e o final do ato é: pagar, pagar muito! Então os escravos carregam e arremessam as coisas para o andar de baixo; lá cada uma das peças, cada par de sapatos ou de meias, e mesmo cada queijo é chumbado, e para cada carimbo sem exceção são pagos 10 réis: isto fecha o terceiro ato. O quarto consiste no controle dos três atos anteriores, em nova recontagem e revisão dos selos e taxas, no monstruoso pagamento, e a catástrofe da tragédia, o quinto ato, se dá quando tudo misturado é arremessado lá para a porta e para a janela, e dali para a rua, pelo que os escravos, depois de terem roubado os proprietários de modo desavergonhado, ainda fazem cobranças desavergonhadamente (1829: 49).

Em outro trecho, Vollmer descreve o soldado português, invocando a figura do escravo para obter o mesmo efeito cômico (não sem sucesso):

(...) O senhor soldado vai, na maior parte das vezes, com os pés descalços, ou no máximo com pantufas; atrás dele um escravo negro carregando o fuzil, e um outro carregando sabre, chapéu e bolsa de munição; antes dele, no entanto, um sustentando acima do soldado um enorme guarda-sol de seda ou de folhas de palmeiras, de lona ou chita, cheio de figuras remendadas ou com apenas uma, para que o herói não derreta; mas o mais maravilhoso é o brilho da parada da guarda. Toda a corporação com os seus, não uniformes, mas multififormes, com fuzis cumpridos ou curtos, rifles etc. com ou sem baioneta, fica em duas filas, cada uma delas tendo atrás de si o carregador de guarda-sol e do crucifixo; a própria bandeira é carregada por um escravo, o nobre representa simplesmente e empurra o peso de seu alto posto sobre os ombros de um subalterno, e até o oficial cavalga, tendo ao seu lado um escravo com um guarda-sol e a toalhina para limpar o suor (1829: 52).

O português residente no Brasil era já caracterizado por Langstedt como

um povo que, porquanto afundado num luxo mais do que feminino, comete os atos mais temerários; de um temperamento hipócrita, e que possui mestria na arte da dissimulação; de pouca franqueza em sociedade, ou pouca honestidade nos negócios, preguiçoso, arrogante e cruel. Na sua alimentação mesquinho e exato. Pois eles são iguais aos habitantes dos climas do sul, mais inclinados ao esplendor, indumentária e visitas do que aos prazeres de uma companhia livre e a uma boa mesa (1789: 59).

Há diversas passagens nos três relatos que fazem clara alusão à hipocrisia, ao caráter dúbio, falso, pérfido dos potugueses e portuguesas, e/ou brasileiros e brasileiras. Nem mesmo eclesiásticos de alto posto são poupados. Langstedt, por exemplo, sugere-nos, em relato sobre a sua visita ao Mosteiro de Santo Antônio (no atual Largo da Carioca), que os padres, não obstante sua hospitalidade, não tinham cultura, e sugere mesmo uma tentativa de suborno espiritual:

Embora possuíssem estes dignos padres uma biblioteca muito considerável, a maior parte deles quase não sabia ler, e menos ainda entender o latim, para não falar do grego e do hebraico. Eu perguntei a um, que me mostrou o seu *Missale Romanum*, se cada um de seus religiosos também o compreenderia. Não, ele me respondeu num latim

aportuguesado: já é suficiente que ele possa ser lido. Como eles devem ter então percebido que eu sabia um pouquinho mais do que eles, cobriram-me de elogios, e me fizeram compreender sem dubiedades, que caso eu aceitasse a sua religião, eles me concederiam a melhor prebenda em seu convento; oferta que recusei de maneira elegante, já que a minha religião vale para mim mais do que ouro (idem: 66).

E sobre as freiras:

As freiras usufruem aqui de uma extrema liberdade. Quem tiver algum acesso à abadessa pode conversar a sós com esta ou aquela freira. Elas têm também a permissão de dar pequenas refeições a homens, manter correspondência epistolar com eles, e guardar o seu vestuário. A abadessa daquela época aceitava gracinhas do Vice-Rei, do Bispo Auxiliar e de generais (idem: 71).

Vollmer deixa registrado o caráter promíscuo e mercantilista dos religiosos aqui residentes:

Eles se permitem as mais irrestritas fraudes e levam uma vida irrefreada. A confissão é exigida com muito rigor e freqüência. Todo delito é coberto com um número de dias em jejum (isto é, comendo peixe); mas como, entretanto, não se consideram os peixes saudáveis no Rio, estas penalidades podem ser pagas mais ou menos com dinheiro. É assim que os tolos brasileiros são sangrados, e milhões de piastras vão parar semanalmente nos bolsos de padres cobiçosos (1829: 60).

Também Ida Pfeiffer registra que os hábitos e costumes religiosos no Brasil são antes ditados pela sensualidade, e fala de “corrupção de costumes” dos brasileiros. Para tanto, retoma mais uma vez o estereótipo da promiscuidade dos negros.

Moralidade e bons costumes no Brasil infelizmente não são coisas muito familiares, e entre as causas disso uma parte deve estar já na primeira educação das crianças, deixada inteiramente ao encargo dos negros. Negras são as suas amas, governantas e guardiãs, e com freqüência eu vi meninas de 8 a 10 anos sendo acompanhadas por jovens negros até a escola, ou seja aonde forem. A sensualidade dos negros é por demais conhecida para que alguém não consiga entender como se dá a corrupção generalizada e precoce dos costumes. Em nenhuma outra parte eu vi crianças com rostos tão pálidos e desfalecidos quanto nas ruas do Rio de Janeiro. Uma segunda causa da imoralidade

reside certamente na falta de religião. O Brasil é de ponta a ponta católico, como talvez apenas a Espanha e a Itália – quase diariamente acontecem procissões, rezas, festas na igreja etc.; mas estas servem apenas à diversão, e a verdadeira religião está completamente ausente (1850: 45).

A propósito da “sensualidade” na sociedade brasileira: o que poderia concluir melhor esta série de discursos de viajantes sobre os habitantes de nossa terra neste artigo do que a caracterização da mulher brasileira pelos mesmos? (Indiretamente já o antecipei, ao expor no exemplo acima o discurso de Ida Pfeiffer sobre a escrava negra.)

O pastor evangélico Langstedt faz apenas brevíssimas alusões ao caráter coquete tanto da mulher branca como da negra, embora deixe escapar vez por outra insinuações do tipo:

Diferentes mulheres portuguesas jovens e brancas, que em sua maioria se encontram no campo, me presentearam com uma porção de flores aromáticas, mas sem uma forma excepcional. Com que intenção, não se pode adivinhar. Talvez por pura cortesia, como Cook também acredita (1789: 65).

Mas a descrição de longe mais bem acabada do estereótipo da mulher brasileira pertence à narrativa de Vollmer. Não é necessário chamar a atenção do leitor para o fato de que qualquer semelhança entre estes relatos e os estereótipos que os próprios brasileiros reproduzem na atualidade não é mera coincidência:

Um belo talhe, uma delicada constituição, um olho brejeiro e tentador, atraem o estrangeiro para as mulheres. Um buquê de flores ao homem totalmente desconhecido que ela considere que vale a pena, oferecido com a mais amável simpatia, na igreja ou durante passeios, acompanhado de olhares que não permitem nenhuma dupla interpretação, tornam-no ávido por um contato mais próximo, e então se vê a bela, que quando vai à rua o casaco de seda ora revela, ora esconde, em sua casa em numerosa companhia, talvez com

os pés descalços ou no máximo em pantufas, coberta com uma combinação impura e com uma camisa igualmente suja, ambas no entanto guarnecidas com deliciosas rendas, com o rosto não lavado, mãos impuras; então se a ouve repartindo suas ordens com voz profunda e rouca, se a ouve horrorizado esbravejar contra as pessoas, talvez chegar às vias de fato na presença de convidados; então se percebe que o olho lascivo cheio de desejo, cheio de ânsia ardente irradia-se de uma cabeça desalmada, se percebe que a sua maior distinção é a ausência completa de formação espiritual – eu não creio que alguém possa se sentir fascinado por tais anjos. Só que, mais ainda do que a mencionada, é a imagem das mulheres mais velhas que causa uma má impressão. Acostumadas desde a infância a uma vida ociosa e sedentária, elas têm em sua juventude, isto é, até os seus 18, 19 anos uma exuberância plena; tornam-se então muito fortes. Paixões nunca refreadas formaram-se cedo dentro delas; estas imprimem então suas marcas evidentes no rosto distorcido e profundamente assustado; depois dos vinte anos elas já se tornaram desagradavelmente gordas, tornando-se aos vinte e cinco uma massa inchada e esponjosa de gordura. A mulher velha, profundamente feia, está então pronta; pode-se chamá-la de bela apenas dos 12 aos 16 anos. Nesta idade todas elas se casam; e com freqüência mesmo aos 11 anos. Até ali elas receberam também fartos conhecimentos de suas escravas negras enfeitadas da única coisa que estas últimas sabem. (...) A conversação social de nossos círculos pátrios elas não conhecem. Quando se fala, toda a conversa gira em torno de pessoas conhecidas ausentes; As garotas, como as mulheres com o seu natural humor mordaz, caem em cima daquelas. No mais, a dança de viola (violão) é a sua única diversão social; nelas, contudo, elas são excelentes. O corpo levemente agitado, quase descoberto, revela na dança mais delicada as formas inteiras com a mais alta formosura e com toda a ardência das danças do sul, e esta dança é

endereçada quase sempre aos estrangeiros presentes, à medida que eles são muito propensos à intriga, e os brasileiros dela excluídos não lhe retribuem a contradação ou também talvez não consigam satisfazê-las. Mas aí do estrangeiro que se deixa envolver por elas – ele paga as breves alegrias no mais das vezes com longo arrependimento, a menos que, no mais leve ensejo para ciúme, um aço bem afiado lhe atalhe o tempo de arrependimento (1829: 54-55).

À medida que se for confirmando a tese – que defendo – segundo a qual estes relatos de viajantes do passado ainda hoje informam e determinam direta ou indiretamente as construções discursivas com as quais os brasileiros constroem e reproduzem a sua auto-imagem na contemporaneidade, a análise lingüística destes relatos irão ocupando o seu justo lugar junto aos pesquisadores da história do Brasil e junto àqueles que se propõem a modificá-la na atualidade através de ações concretas, sejam discursivas ou de outra natureza.

Bibliografia

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de Viajantes e Autores Estrangeiros – 1531 – 1900*. 2ª ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: SEEC, 1980.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. 3ª. ed., trad. de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FINK, Karl. *Goethe's history of science*. New York: Cambridge University Press, 1991.

LANGSTEDT, Friedrich Ludwig. *Reise nach Südamerika, Asien und Afrika, nebst geographischen, historischen und das Kommerzium betreffenden*

Anmerkungen von F. L. Langstedt. Hildesheim: Verlag bei Joh. Christ. Lud. Tuchtfeld und Compagnie, 1789.

LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900).* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MORAIS, Rubens Borba de & BERRIEN, William. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.* Senado Federal. Brasília – DF, CD-rom, 1998.

PFEIFFER, Ida. *Eine Frauenfahrt um die Welt. Reise von Wien nach Brasilien, Chili, Otahaiti, China, Wien, Ost-Indien, Persien und Kleinasien.* Wien: Carl Gerold, 1850.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação,* Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre, Bauru: EDUSC, 1999.

Revista História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII, suplemento. “Viagens e Ciência no Brasil”. Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2001.

VOLLMER, Carl Gottfried Wilhelm. *Natur und Sittengemälde der Tropen-Länder. Skizzen einer Reise durch Südamerika und um die Welt in 14 Vorlesungen.* 2a. ed. München: Bey Friedrich Wilhelm Michaelis, 1829.